



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 712

00108
EMENDA

DATA
11/02/2016

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 712, de 2016

AUTOR
DEP. PROF. VICTÓRIO GALLI – PSC (MT)

Nº
PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Acrescentem-se os artigos 5º e 6º à Medida Provisória n. 712, de 29 de janeiro de 2016, e renumere-se o seu art. 5º:

*“Art. 5º a constatação de reincidência de focos do mosquito *Aedes aegypti* no âmbito residencial e de entidades privadas ensejará a aplicação de advertência ou multa que poderá variar de R\$ 50,00 a R\$ 3.000,00, graduada conforme a gravidade da infração e da capacidade econômica do infrator. ”*

JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que, diante da grave epidemia que o país enfrenta, a proposta é extremamente importante para que os cidadãos se mantenham alertas e atuantes, no que se refere às medidas de extinção dos focos do *Aedes aegypti*.

A presente emenda pretende acrescentar os artigos 5º e 6º à Medida Provisória n. 712, de 2016, de modo a estabelecer sanções às pessoas físicas e jurídicas que reincidirem na a manutenção, nos ambientes residenciais ou institucionais,



CD/16481.56195-29

de focos do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus.

Percebe-se, portanto, que a pessoa física ou jurídica não será penalizada na primeira vez em que se verificasse, criadouros do mosquito nos locais de sua propriedade ou domínio, havendo apenas que se notificar a ocorrência e transmitir as informações necessárias para a prevenção da proliferação do cidadão relativamente às medidas preventivas, aí sim ele deverá ser autuado.

Consideramos que a possibilidade de punição específica é fundamental para a eficácia das medidas preventivas executados pelo Poder Público, haja vista que somente serão duradouras e efetivas se houver o apoio de toda a sociedade.

A sanção proposta atende aos princípios de proporcionalidade e razoabilidade, haja vista que pressupõe uma segunda constatação da manutenção dos focos, após notificação da primeira ocorrência e orientação quanto aos procedimentos corretos a serem seguidos.

Consideramos que a possibilidade de punição específica é fundamental para a eficácia das medidas preventivas executados pelo Poder Público, haja vista que somente serão duradouras e efetivas se houver o apoio de toda a sociedade.

ASSINATURA

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and strokes, positioned below the word 'ASSINATURA'.

Brasília, 11 de fevereiro de 2016.